

Tales Lobosco

Arquiteto, doutorando do Programa de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-UFBA)
tales@lobosco.com.br

Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais

Resumo

Para entender a produção do espaço em assentamentos informais, não devemos percebê-los como um mero produto da concentração da pobreza urbana ou, ainda, como uma imitação incompleta e restrita das estruturas formais, partilhando com estas os mesmos valores simbólicos. Ainda que se autodenominem como “comunidades” - um modo de enfatizar a ideia de convivência entre iguais - as favelas são, na verdade, um espaço bastante heterogêneo, com fortes tensões internas e possibilidades diversas de apropriação e pertencimento. Uma estrutura espacial rica e complexa, articulada em um território estruturado por práticas urbanas específicas. Podemos entender estas práticas através do conceito de táticas de Certeau, pois suas possibilidades criativas permitem lidar com as relações de poder, atuando nas fissuras do sistema para superar alguns aspectos da precariedade sócio-econômica de uma estrutura urbana segregadora.

Palavras-chave: Favela, segregação, cotidiano, produção do espaço.

Abstract

SPATIAL PRACTICES AND PRODUCTION OF SPACE IN INFORMAL SETTLEMENTS

To understand the production of space in urban informal settlements, we should perceive it not as just a product of the urban poverty concentration or an incomplete imitation of formal structures, sharing the same symbolic values. Albeit calling themselves as “communities” - a way to emphasize the idea of “living among equals” - the Brazilian slums are, in fact, quite a heterogeneous space, with strong internal tensions and diverse possibilities of appropriation and sense of belonging. A territory organized by specific procedures and spatial tactics, settled and transformed by a dynamic everyday life, making possible to produce a very rich spatial structure and social networks. Typical urban practices found in those informal settlements may be understood as tactic movements, in

Certeau's assumption. As tactics they can develop a creative capacity to deal with the established power relations, acting in the system fissures, to overcome some aspects of economical and social precariousness in a segregated structure.

Key-words: Slums, segregation, everyday life, production of space.

1. Introdução

Nas discussões a respeito das ocupações informais no espaço urbano das grandes cidades brasileiras, é marcante a identificação de zonas diferenciadas por sua conformação física como “áreas caracterizadas por uma ocupação aleatória, ambientalmente precária e densa, habitadas predominantemente por população de baixa renda”, contrapostas a outras, com referências físicas nitidamente opostas e “melhores condições de habitabilidade, onde moram as populações de renda mais alta” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.28). Estas diferentes possibilidades espaciais se configurariam em uma cidade produzida de forma segmentada, com “espaços para cidadãos e não-cidadãos, construídos de forma aleatória deficiente e desassistida pelo poder público” (Ibid., p.15). Ainda que possamos entender as suas raízes históricas, ancoradas na lógica da estruturação do espaço segundo a ordem capitalista, e a indefectível desigualdade social que lhe acompanha, não podemos nos limitar a perceber o surgimento dos assentamentos informais como fruto exclusivo de uma concentração da pobreza urbana ou como uma imitação imperfeita e incompleta da cidade formal, partilhando com esta as mesmas características e valores simbólicos.

A condição social e espacialmente segregada, aliada à fragilidade econômica, produziu um paradoxo, já que as desequilibradas relações de poder impunham a ordem estabelecida e, ao mesmo tempo, impossibilitavam a setores da população de funcionarem integralmente de acordo com esta. Desta forma, a marginalização se tornou inevitável, e com ela se estruturou uma condição precária de habitar a cidade, ao mesmo tempo em que propiciou o surgimento de práticas urbanas específicas, tanto como forma de adaptação às condições existentes como quanto fruto de uma possibilidade de habitar, pautada, ainda que sob o imaginário da cidade

formal, por valores e códigos próprios. Apesar destas ocupações se constituírem por espaços heterogêneos e múltiplos, com fortes tensões internas e possibilidades diversas de apropriação e acesso a serviços e equipamentos urbanos, podemos identificar o surgimento de práticas específicas, organizadas de forma a possibilitar o funcionamento e desenvolvimento de uma estrutura urbana que oscila entre as possibilidades de integração com a cidade e as táticas de produção e uso do espaço, elaboradas segundo uma lógica própria, refletindo valores como necessidade, antiguidade, possibilidades construtivas, inserção em redes sociais e acesso a trabalho e serviços.

2. Práticas e produção do espaço

As práticas urbanas encontradas nos assentamentos informais seguem uma lógica particular, um modo característico de pensar e agir que, por um lado, visa a amenizar as fortes restrições econômicas, espaciais e de serviços sofridas e, por outro, são frutos e produtoras do espaço que as abriga. Uma situação de adaptação a um desequilíbrio social, cultural e simbólico, na qual o espaço da cidade formal se apresenta como a construção dos “vencedores”, sua imagem e seus monumentos, e aos segregados restam as táticas para a produção de seu próprio espaço, alternativo à lógica vigente, pois não podem se enquadrar a ela, mas também elaborado através da diferença e do choque, fruto da presença do outro no espaço compartilhado da cidade.

Como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida (BOURDIEU, 2008, p.163).

As práticas podem ser entendidas como produtos e como produtoras do espaço que as abriga, pois resultam de um *habitus* específico, gestado neste espaço produzido por elas. Por outro lado, o *habitus*, conforme conceituado por Bourdieu, seria, ao mesmo tempo, um princípio gerador e um sistema de classificação de tais práticas:

na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, o *espaço dos estilos de vida* (2007, p.162).

Do mesmo modo, para Berque, não seria suficiente explicitar o que produziu a paisagem enquanto objeto, mas entender como ela é percebida e descrita como *marca* e participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação como *matriz*:

por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. (1998, p.86).

As práticas que nos interessam aqui são exatamente aquelas que rompem com o modo de atuação previsto para elas pela organização urbana dominante, capazes de produzir (e serem produzidas em) um espaço diferenciado, informal, mas com um sentido próprio, um consumo criativo como descrito por Certeau (1994), que se insere nas relações de poder, se infiltra em espaços previamente estabelecidos, de forma sutil e “pulverizada”, como táticas. Certeau descreve a tática como o procedimento dentro do campo de ação inimigo e no espaço por ele controlado. Determinada pela ausência de um próprio e sem um projeto global, ela opera lance a lance: “nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha” (1994, p.100).

Em sua densidade paradoxal, esta palavra destaca a relação de forças que está no princípio de uma criatividade intelectual tão tenaz como sutil, incansável, mobilizada à espera de qualquer ocasião, espalhada nos terrenos da ordem dominante, estranha às regras próprias da racionalidade e impostas com base no direito adquirido de um próprio (CERTEAU, 1994, p.102).

Por outro lado, a estratégia se contraporía como o cálculo, ou a manipulação das relações de forças,

possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* susceptível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (CERTEAU, 1994, p.99).

O forte desequilíbrio, tanto econômico quanto das relações de força, percebido na relação entre o padrão estabelecido e as articulações informais, torna improvável a possibilidade de um enfrentamento direto, mas deixa espaço para a atuação tática. As táticas podem utilizar o sistema sem, necessariamente, confrontá-lo e, por isso mesmo, não podem ser derrotadas (FISKE, 1988). Sua capacidade ou forma mesmo de atuação se dá pela adaptação permanente às condições existentes, trabalhando com desvios e interpretações, nas fissuras de um sistema de estratégias que tenta controlá-las. De certa forma, as táticas estão relacionadas à possibilidade de se agir dentro de determinadas condições, articulando-se dentro de um espaço organizado que se utiliza mas não se pode possuir, aproveitando as falhas ocasionais abertas na vigilância do poder proprietário, utilizando-se das fissuras do discurso hegemônico: “o poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como ‘último recurso’” (CERTEAU, 1994, p.101).

Ainda que esta relação entre os consumidores e as estratégias de poder seja desigual, os primeiros sendo identificados com a passividade, por se elaborarem em um sistema imposto, como um ato de leitura, contraposto à escritura, a atividade criativa, a “arte do fraco”, é capaz de alterar as limitadas possibilidades previstas para o ato de consumo como uma leitura que modifica seu objeto pela maneira como é lida (CERTEAU 1994).

A análise de Certeau sobre as possibilidades não-passivas do ato de leitura pode sugerir um leitor com possibilidades criativas muito além de suas condições. Tampouco a percebida fragilidade do ato de leitura não significa considerar o poder da máquina escriturística como algo absoluto. Disciplina e resistência são partes da mesma equação. “Certeau não pretende negar o poder do ‘aparato disciplinar’ ou dos ‘procedimentos estratégicos’ que organizam o espaço. Antes, ele dirige sua atenção ao status de seus discursos e como eles são recebidos ou ‘consumidos’” (JOSGRILBERG, 2005, p.55). Que haja operações de controle sustentadas por um poder baseado em estratégias específicas não é problema, mas um fato a ser

reconhecido, pois não podemos tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo ou grupo sobre os outros, mas perceber que, “desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos” (FOUCAULT, 1979, p.183). O poder deve ser analisado como algo que circula, como algo que funciona e se exerce em rede. “Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação” (Ibid., p.183).

Ainda que os habitantes das ocupações informais percebam a origem da condição imposta, em um poder estabelecido, não enfrentá-lo abertamente não significa que aceitem passivamente as consequências. Apesar da penúria evidente, são capazes de encontrar, nas regras do jogo, brechas que serão exploradas como táticas, que permitam interpretar à sua maneira e de acordo com suas possibilidades as regras do jogo e, a partir daí, garantir a sua sobrevivência, seu abrigo e sua permanência na cidade. “O uso performativo da linguagem, oralidade, memória e relatos apontam para um movimento em filigrana e não para uma resistência nos moldes de uma revolução, levante ou guerra” (JOSGRILBERG, 2005, p.86).

A questão que persiste, entretanto, é se esta resistência seria produzida de forma consciente, como uma busca de adequação do espaço construído a uma condição de vida divergente daquela dominante, ou se se apresenta apenas como “efeito colateral” de uma tentativa de sobrevivência e permanência no espaço urbano, que teria como objetivo final a conquista do espaço formal, seja através de um deslocamento em direção a espaços mais consolidados e “bem acabados” urbanisticamente, ou por uma evolução das áreas informais até se equipararem com o resto da cidade.

3. Segregação e desvio

As grandes cidades modernas fragilizam o indivíduo, exigindo, de grande parte de seus moradores, recursos muito além das possibilidades oferecidas para que estes possam produzi-los. Deste modo, os coloca dian-

te de uma encruzilhada: Por um lado, morar dignamente de acordo com os padrões estabelecidos, por outro, juntar recursos para construir um abrigo e, deste modo, deixar a condição de extrema fragilidade.

As táticas desenvolvidas ao longo dos anos, por estas populações, articularam uma saída pela via do meio, garantindo o abrigo e produzindo a moradia definitiva num mesmo processo. Ao habitar um abrigo em construção e evoluir com ele num processo particular, distante das lógicas formais do urbanismo tradicional e das obrigações a ele associadas, permitiram que o atendimento às suas necessidades de espaço e moradia se elaborasse de modo a produzir um espaço específico, que permitisse a evolução e a flexibilidade necessárias. No mesmo processo, garantiram que as condições partilhadas pelo grupo, agora sob um controverso nome de “comunidade”, se fortalecessem simbolicamente, permitindo um novo posicionamento em busca do direito ao espaço e à moradia frente à cidade.

O procedimento deste “desvio” não é algo simples nem imediato. A renda escassa e incerta, frequentemente “não declarada”, de uma população com inserção deficiente nos circuitos econômicos oficiais da cidade, torna extremamente difícil, para não dizer impossível, a possibilidade de acesso à moradia através dos mecanismos tradicionais. Diante da fragilidade econômica e social, e da inconstância de rendimentos, a moradia de aluguel é considerada uma situação extremamente precária, uma “armadilha” a ser evitada: inflexível frente às flutuações da renda informal e consumidora considerável de recursos, sem com isto contribuir para a produção do *habitat* permanente. Utilizada por sua facilidade de solução imediata do problema de abrigo, é aceita apenas temporariamente enquanto se busca uma alternativa mais adequada.

Adicionalmente, por estarem alijadas das estruturas formais do mercado, as famílias normalmente não possuem qualificações para assumir um financiamento, o que as direciona a uma situação extrema e sem solução aparente, gerada por uma integração desequilibrada com os mecanismos formais, que os submete às consequências da responsabilidade econômica criada pela necessidade básica do abrigo, sem fornecer o respaldo equivalente, sob a forma de um salário regular e estável.

Esta situação extremada propiciou o surgimento de práticas de produção do espaço urbano que permitiram contornar um desfecho que pare-

cia definido de antemão como a expulsão e a marginalização destas populações do/no espaço urbano. As táticas elaboradas permitiram transformar a questão a seu favor, garantindo não só a sobrevivência, mas também a permanência na cidade.

Nesta condição segregada, apesar de toda a precariedade, acabaram por promover, através deste movimento de desvio, um novo reposicionamento deste espaço na cidade. Inicialmente visto como uma “sobra” da cidade, um “rejeito”, este espaço informal tomou força e passou a incomodar como um corpo estranho que crescia silenciosamente. Desta forma, passou a sofrer grande pressão para ser extirpado como uma doença que atacava a cidade. O procedimento básico adotado oscilava entre a desocupação forçada do espaço e a remoção desta população para setores distantes da cidade, longe das vistas e do estranhamento dos setores dominantes, mas também longe das ofertas de trabalho e serviços, o que garantia a ineficácia do procedimento. Décadas de ataques, remoções e discriminação apenas contribuíram para aumentar o abismo simbólico e social que os distanciava, catalizado pela mediatização de uma violência endêmica, que pairava como ameaça latente.

Nas últimas décadas, testemunhamos a valorização dos direitos à moradia e à cidade e a percepção de que este espaço “deixado a sua própria sorte” apenas contribuiu para uma segregação e deficiências sociais cada vez maiores, propiciando a explosão da violência, que não mais se continha nos limites da favela, mas ameaçava agora transbordar para a cidade. Assim, veremos o surgimento de novas propostas, buscando uma (re)urbanização e uma (re)integração destas ocupações informais. A cidade, transformando o espaço informal em bairro, tenta buscar de volta o que expulsou, oscilando entre uma política mais social e progressista e a percepção de que em suas entranhas, em suas fissuras, um organismo estranho se desenvolveu e ameaça sua tranquilidade, sua imagem simbólica, seu poder de controle.

Deste modo, o movimento do desvio se fecha, rearticulando espaços que se organizaram à (na) margem da cidade: “poder e sujeitos se relacionam dialeticamente. Se os sujeitos estiverem fora da esfera de poder, se estiverem no limiar da ilegalidade, a organização do poder será, de uma forma ou de outra, reorganizada a fim de manter sua eficácia”

(JOSGRILBERG, 2005, p.27) . Do movimento inicial de repulsão, a população segregada e sem condições de fazer parte da cidade seria agora englobada por ela, ainda que isto não signifique a superação do abismo social e econômico separando as distintas populações que partilham o espaço urbano, nem a homogeneização das práticas, que oscilam entre a busca de integração e a reprodução do *estilo de vida* que lhes produziu. O distanciamento simbólico permanece.

4. Acesso a terra, “produzir” o terreno

Para que o abrigo possa ser construído, é necessário “conquistar” o espaço onde será possível erguer a habitação. Em um assentamento já estabelecido, o acesso a terra pode se dar através de diversas possibilidades de negociação, como a cessão, a compra, os favores, etc., entretanto, tendo em vista as elevadas densidades encontradas e a limitação física da capacidade de absorção de tais aglomerados, frequentemente se faz necessário a busca de um novo espaço capaz de acolher os futuros abrigos.

Neste contexto, a laje tem uma posição extremamente privilegiada, por garantir uma provisão de “solo” disponível, plano, estável, regular, com propriedade incontestável e que, enquanto vaga, serve ao lazer na esfera familiar. Entretanto, esta disponibilidade é limitada pela estabilidade das construções, que dificilmente aceitam mais do que três pavimentos, e sua existência é somente possível nas moradias “em bloco” e que possuam “toco e corrente” – os pilares e travamentos em concreto que sustentarão o peso da laje. Esta condição traz um enorme diferencial a estas moradias, tanto simbólica quanto comercialmente, as diferenciando dos “barracos” e sendo bastante valorizadas pelas possibilidades de expansão que proporcionam.

Quando não possuem acesso a terra para (re)produzirem as moradias, lançam mão do recurso extremo da “invasão” de áreas “esquecidas” pela indústria da construção civil, normalmente localizadas em ambientes degradados, desvalorizados, em encostas, matas, com restrições à construção, etc.

Participar da “invasão”, aproveitar a informação privilegiada de um amigo ou parente, chegar no início da ocupação, demarcar e ocupar uma área, ou mesmo, quando as demais condições iniciais falharam, comprar o terreno de algum “invasor” que pretendia apenas vantagem econômica para si são formas de garantir e legitimar sua permanência no assentamento. Táticas que se tornam frágeis sem o respaldo do grupo, de onde vem a força para garantirem a permanência, ainda que seja exatamente este grupo que tornará o espaço mais exíguo, com quem terá que “disputar” para poder construir o abrigo. Entram em jogo aqui as vantagens individuais, a força do grupo e a legitimação que suas necessidades lhes conferem.

Ainda que tenham surtido efeito em diversos momentos, estas “invasões” nunca foram levadas a termo sem reação, os proprietários originais buscando impetrar ações de reintegração de posse, a polícia reprimindo de forma violenta, a prefeitura derrubando os barracos. A sociedade articula suas estratégias, num esforço em lidar com a transgressão, pois teme o descontrole e, com ele, a perda de seus benefícios estabelecidos.

5. Força e resistência

As imagens das ocupações informais urbanas, reproduzidas incansavelmente na mídia, mostram estas se estendendo à (na) margem da cidade, como se transbordassem em direção aos espaços “oficialmente” vazios. Temos a impressão que, pela pressão econômica e demográfica, a cidade se inflou de forma que não pudesse mais ser contida nos limites originais e procedesse uma “dilatação” silenciosa, tomando os morros, avançando sobre a água, invadindo as matas numa ocupação a partir do centro, localizando os setores de maior fragilidade econômica e social em suas extremidades.

Estudando mais detalhadamente os registros históricos disponíveis, principalmente as fotos aéreas e os relatos dos moradores antigos, podemos perceber que esta ocupação se deve a uma pressão mais econômica do que demográfica, e, principalmente, que esta ocupação não se produz

por uma expansão contínua da cidade para além de seus limites. Ainda que ela ultrapasse os limites originais, ela o faz de um modo bastante peculiar.

Quando não se dá com forte resistência, sobre terrenos “abandonados” no interior da cidade, a ocupação informal se origina como um elemento externo a ela, ocupando, fora dos limites desta, terrenos que não podem ser ocupados pela indústria da construção civil, evitando, assim, uma disputa bastante desigual. Atingem, preferencialmente, áreas não imediatamente contíguas à cidade, seja sobre matas urbanas, água, morros ou qualquer outra possibilidade que não promova uma reação imediata, para só então caminhar de encontro a cidade, que exerce a força de atração como pólo de trabalho e serviços. Uma ocupação isolada, no limite imediato da cidade, sofreria uma pressão muito forte, pela proximidade física, partilhando o espaço urbano com recém chegados muito distantes social e simbolicamente, mas também pela privação das possibilidades de exploração econômica de tal espaço. Desta forma, antes que possa se configurar como uma ocupação estabelecida, tanto pelo volume de moradores, quanto pela solidez das construções, uma certa invisibilidade, a dificuldade de acesso e as restrições jurídicas e urbanísticas são seus fortes aliados.

Evitar uma maior reação à ocupação se torna uma condição fundamental, e, desta forma, vão buscar espaços onde acreditam que, pela relativa invisibilidade, pela dificuldade de acesso ou pela inexistência de um “dono”, que venha reclamar a posse, possuem maiores chances de permanecer no local. Neste caminho, em diversas cidades do país, a “invasão” se deu sobre as águas, no lugar das ruas temos instáveis pontes, o esgoto direto sobre as águas e um estado de extrema precariedade, mas respaldado pela sensação de segurança, de não estar sobre uma terra que possam lhe tirar em breve, levando não só o abrigo, como também o investimento realizado nele, sob a forma de materiais aplicados na construção do barraco. O depoimento a seguir ilustra bem a percepção comum entre os moradores das palafitas: “Eu invadi a água, a água não é de ninguém. Ninguém podia chegar e me dizer que aquela terra tinha dono, aquilo nem era terra. E não era ruim não, tinha o mar, a brisa” (D. Elza, moradora de Novos Alagados - Salvador, BA).

Nestas situações, frequentemente com o trabalho árduo dos moradores ao longo do tempo, ou através de intervenções dos órgãos governamentais, testemunhamos o aterramento gradual da área inundada¹. Transforma-se assim a instável invasão “da maré” em uma ocupação “no seco”. A terra, que não ousaram invadir, “surge” finalmente sob seus pés.

6. Morar na obra, o abrigo em constante evolução

O ato de morar é subvertido, prescinde do construir, o abrigo vem antes da obra, e permanece durante esta, ela mesma não possui data ou definição para terminar, se estende continuamente como uma permanente adaptação às possibilidades do habitar e às necessidades da família. A casa acabada não existe sequer como um modelo imaginado, mas sim enquanto estrutura orgânica que deve se estender enquanto a família necessitar e tiver condições, um mecanismo de constante adaptação entre condições e necessidades.

A casa é, antes de tudo, um abrigo, e a partir deste se desenvolve, se amplia, se solidifica, se consolida e se estrutura. Ao primeiro abrigo de lona, sucede uma casa de maderite e outros materiais reaproveitados, e a esta uma casa de blocos, que só no futuro receberá a estrutura ou mesmo a fundação das colunas que permitirão sua expansão em pavimentos. Estas etapas não são sempre claramente definidas, sendo elaboradas como um trabalho gradual de transformação, no qual os elementos coexistem em diferentes momentos. O abrigo inicial, que ocupa normalmente apenas uma parte do lote, termina por tomá-lo totalmente, raramente alguma área residual permanece. Toda esta sucessão se procede transformando o abrigo, sem que ele perca esta função, durante todo o processo a família permanece morando no interior de um espaço que é, ao mesmo tempo, abrigo, casa e obra.

Esta moradia não é entendida como ruim ou inacabada, não é entendida pelo que é no momento, mas pelo que será ou como poderá ser, enxergam hoje através de suas possibilidades latentes. De certo modo, as possibilidades de ampliação são quase tão valorizadas quanto o estágio físico palpável do presente, ainda que este seja mais completo, ou avança-

do na lógica temporal. A casa vale mais como possibilidade do que como elemento acabado. Neste contexto, o fato de não evoluir a casa, não expandir e/ou não melhorar o acabamento ao longo dos anos é percebido como sinal de grande precariedade econômica, revelando onde não existem condições para sua execução.

A casa, quando fornecida “pronta”, sem possibilidades de ampliações futuras, traz uma rigidez em descompasso com as práticas cotidianas por se mostrar como uma edificação “congelada”, com grandes dificuldades de evolução futura. Tal situação, surgida de intervenções através de conjuntos tradicionais, que buscam uma “adequação” aos padrões formais de habitação, se mostra demasiado rígida frente à dinâmica das famílias e força seus descendentes a percorrerem novamente todo o processo enfrentado na conquista do espaço da moradia, por esta não possuir a flexibilidade necessária para absorver a evolução familiar. Nesta situação, qualquer possibilidade de rompimento e transgressão que se apresente, capaz de permitir alguma expansão, será sempre utilizada, ainda que produza grandes transformações formais e organizacionais no conjunto. Expansões, “puxadinhos”, acréscimos e invasões de áreas públicas orquestram um movimento de “retorno”, onde o conjunto, elaborado segundo as regras “formais” de urbanização, através de uma arquitetura “de arquitetos”, que buscava substituir a ocupação informal, termina cedendo e se distanciando de seu desenho original por desvios sucessivos, como se tentasse mimetizar com seu entorno informal: irregular, incompleto e dinâmico.

“A grande distinção entre a maneira de tratar o espaço dos favelados e dos arquitetos decorre também de sua relação com a temporalidade: conforme a ideia seja de abrigar ou de habitar, há um processo temporal diferente” (JACQUES, 2003, p.55). O projeto arquitetônico tradicional trabalha sobre uma forma de “espacializar o tempo”, enquanto nas ocupações informais percebemos o que se aproxima mais de uma “temporalização do espaço” (Ibid., p.55). Se os primeiros trabalham com uma forma pré-estabelecida, o espaço do habitar, elaborado como projeção de uma materialidade acabada e definida, para os outros, a forma só existe momentaneamente e o abrigo evolui à medida que se investe, sem uma direção previamente estabelecida.

7. Temporalidade

Tradicionalmente a conquista da casa própria se promove através de anos de economia, ou um longo financiamento, enfim, uma capitalização elaborada ao longo de anos, que se materializa em um momento dado e específico, quando se recebe as chaves do imóvel acabado. Nos setores informais, a moradia é entendida como uma construção no sentido extenso do termo, algo a ser elaborado ao longo de um grande período da vida, executada normalmente pelos próprios ocupantes, ou com ajuda destes. A construção evolui à medida que se capitaliza e a ocupação se efetua tão logo as paredes estejam levantadas e cobertas, ainda que de forma extremamente provisória. A falta de revestimento se confunde entre um momento intermediário da obra inacabada e uma situação pragmática, garantindo a funcionalidade da moradia sem a necessidade de se arcar com os elevados custos de acabamento. Este entendimento da moradia como um estágio sempre intermediário da longa evolução da casa da família, permite que se aceite mais facilmente sua incompletude, a falta de algum conforto ou o caráter provisório desta.

A construção pode ser executada com materiais leves e reaproveitados, como maderite, tapumes e fibrocimento, ou através da alvenaria em tijolos. Entre as duas opções jogam o custo e o caráter perene da “casa de blocos”, que normalmente sucede a anterior, mas pode ter que aguardar os recursos disponíveis, pois mesmo autoconstruídas são significativamente mais custosas.

Nas situações onde existe ameaça de remoção ou em ocupações sobre a água, esta “substituição” encontra outros problemas, pois devido ao risco de se perder o investimento feito em melhorias, ou mesmo pela fragilidade da estrutura que não comportaria o peso da obra “em bloco”, permanecem muito precárias, com condições de habitabilidade extremas, impossibilitadas de abrigar a lenta e gradual evolução da moradia rumo a uma casa mais sólida e bem acabada. Ainda assim, são lembradas pelas camadas de renda mais baixa, como possuindo custos reduzidos de manutenção, pois não exigem materiais específicos e eventuais reparos em portas ou telhados, podem ser feitas com materiais coletados na rua, o que nas casas em bloco evidenciaria a degradação das condições da habitação.

Mais do que o valor bruto do imóvel acabado, as facilidades da habitação informal estariam ligadas à extrema flexibilidade quanto à instável disponibilidade de recursos e à possibilidade de se canalizar toda a despesa com moradia em um objetivo único, combinando o gasto diário e “momentâneo” da necessidade de abrigo com o investimento futuro e durável da moradia. Assim, o domicílio pode se desenvolver lentamente, em pequenas evoluções sucessivas, segundo as condições e necessidades familiares específicas de cada momento. Nesta situação, o aluguel é percebido como uma condição extremamente precária por não permitir que o investimento despendido com a moradia possa ser investido na construção da casa da família.

Ao se aceitar a longa situação transitória, onde se habita uma moradia em execução, todos estes recursos podem ser canalizados para esta obra, permitindo seu avanço contínuo. Nas habitações informais, adicionalmente, se estende este processo durante muito tempo, por não sofrerem incidência de impostos e, muitas vezes, não arcarem com os custos de serviços como eletricidade, água e esgoto, permitindo que estes recursos sejam direcionados à melhoria do *habitat*. Neste processo, a característica de “incompletude” da moradia, tanto pela transformação continuada, como pela ausência de revestimentos, não só não significa nenhum constrangimento, como representa a prática corrente. As casas relativamente mais bem acabadas que encontramos nestas ocupações são normalmente resultado de mais de uma década de pequenas e sucessivas evoluções.

8. Reprodução do espaço urbano tradicional

A maior parte das invasões consolidadas que conhecemos hoje foi fruto de um processo com pouca ou nenhuma organização espacial prévia, ainda que algumas tenham sido executadas por um movimento social estruturado. A ocupação do espaço acabava sendo o resultado de inúmeros gestos individuais, delimitando lotes de acordo com a necessidade espacial, a possibilidade construtiva e a disponibilidade de espaço. Esta prática fragmenta o espaço disponível em inúmeras células familiares sucessivas, dei-

xando vagos apenas os caminhos mínimos necessários ao acesso, ou áreas onde um acidente do terreno dificultaria a ocupação, como uma elevada declividade, grandes rochas, árvores ou terreno instável.

O espaço resultante destas práticas, ainda que atenda a uma lógica própria e propicie a acomodação do maior número de famílias possível em unidades de terreno individuais², não traduz um desejo específico. Ao contrário, por se distanciar do imaginário da cidade formal como paradigma de espaço urbano e por sua incapacidade em garantir áreas adequadas de lazer, de vegetação, de ventilação, etc., estes espaços, ainda que produzidos por esta população, são completamente distintos do que ela própria valoriza e deseja como espaço urbano.

A busca por maior conforto individual e a constante necessidade de espaço para assentamento de novas famílias, por não encontrar resistência em alguma forma de gestão ou administração locais, fica limitada apenas pelos próprios vizinhos, baseados em sua capacidade de argumentação e imposição, porém as necessidades cotidianas extremas acabam empurrando os limites urbanos impostos a condições igualmente extremas.

Entretanto, nas ocupações mais recentes, é comum encontrarmos uma organização política forte, que se ocupa tanto de fortalecer socialmente a ação para garantir ao grupo os direitos à moradia e à cidade, quanto das questões espaciais e estruturais do assentamento. Nestes casos observamos uma tentativa de reprodução do padrão estabelecido pela cidade formal, se organizando ao longo de ruas largas, formando quadras com amplo espaço de circulação, capazes de garantir o trânsito confortável de veículos automotores.

A experiência do espaço se elabora na sobreposição de dimensões diversas, espaciais, sociais, econômicas ou simbólicas, que podem ser experienciadas ou transmitidas. Neste sentido, ainda que o padrão espacial buscado seja a reprodução da cidade formal, o “vocabulário”, consolidado pela experiência vivida, se faz sentir e é comum encontrar a utilização de becos em meio a largas ruas como recurso pontual, para a ocupação de miolos de quadra quando o acesso se torna restrito. Por serem fortemente inseridos na prática cotidiana do espaço urbano destas populações, estes elementos não são percebidos como destoantes do ambiente almejado, reproduzindo, em um mesmo espaço, uma mistura de concepções espaciais.

ais distintas, mas que fazem igualmente parte do imaginário urbano local, seja como paradigma ou como realidade prática.

Esta configuração espacial é resultado de uma organização central forte, que controla questões sociais, de higiene e saúde, impede a ação de especuladores e garante o atendimento a critérios espaciais para o assentamento. Ainda que os objetivos conquistados sejam sempre valorizados pela população local, o fato de serem geridos por um pequeno grupo dentre eles traz certo desconforto e dificuldades em aceitar ou legitimar tal autoridade, para uma população acostumada a gerir por sua própria conta um espaço onde nem mesmo os órgãos governamentais demonstravam preocupação em administrar. Assim, quando seus ímpetos espaciais individuais são tolhidos, ainda que em nome de um melhor ambiente para o grupo, percebem o gesto como certo autoritarismo, citado com muito mais frequência que os resultados conquistados.

9. Caminhos e percursos

Uma das características mais facilmente distinguíveis num assentamento informal, ao lado da falta de revestimento externo na maior parte das moradias, a irregularidade do traçado, muito distante da rigidez das ruas da cidade formal, se mostra como fruto da materialização de interesses diversos e prioridades distintas daquelas do urbanismo tradicional. Um sistema de vias que não nasceu da subordinação aos veículos automotores, mas, ao contrário, da importância de se adaptar à topografia, ao espaço exíguo, e, principalmente, a uma dinâmica permanente de expansões e transformações, que seguem tacitamente um conjunto de regras próprias, fundamentadas nas práticas e no “bom senso” que garantem o espaço de circulação e a privacidade esperados em cada setor.

O espaço para circulação não domina, nem é resíduo do tecido, mas o resultado de uma articulação de necessidades coletivas, limites individuais, pré-existências e disputa pelo espaço urbano. Os espaços amplos são sempre desejados, mas não à custa do espaço privatizável para suprir necessidades essenciais, portanto ele estará disponível no limite da necessidade de circulação e privacidade. Assim, a circulação de automóveis

é restrita ao mínimo, permanecendo na zona de contato com a cidade ou nos eixos principais, deixando todo o resto atendido por becos e vielas. As marquises frequentemente se expandem, cobrindo calçadas e parte dos becos, mas não a ponto de limitar a circulação de veículos e pedestres ou interferir na privacidade do vizinho da frente. Uma dinâmica que respeita a pré-existência e as normas criadas pelo uso, o primeiro a construir tem mais flexibilidade com as regras e determinará alinhamentos e atitudes, mas deve sempre preservar as possibilidades construtivas dos terrenos contíguos.

10. Diante da cidade formal

Os diferentes campos ou *espaços sociais* fisicamente objetivados tendem a se sobrepor, ao menos grosseiramente: disso resultam densas concentrações de propriedades positivas ou negativas (estigmas) se opondo mutuamente em todos os aspectos numa verdadeira simbólica da distinção (BOURDIEU, 2008, p.160)

Facear a “tortuosidade” e o aspecto labiríntico dos tecidos informais traz à tona a fronteira física e simbólica entre a favela e a cidade formal, momento onde muitas vezes se deixa o asfalto carroçável e se passa às escadas e ruelas de terra batida. Percorrendo estes caminhos pode se perceber a enorme gradação de poder econômico e acesso à infraestrutura e serviços, que vão perdendo seu vigor, em direção a uma urbanização cada vez mais rarefeita, onde o dinamismo econômico começa a ceder, demonstrando que muito além da fronteira tradicional, a complexa dinâmica centrífuga empurra para cada vez mais distante suas áreas mais fragilizadas, escondendo também as suas próprias “favelas”, as únicas que ainda guardam o termo original, mesmo entre os moradores da “comunidade”.

A partir da favela, a cidade formal é vista como um espaço opressivo, sujeito a controles, obrigações e censuras, fruto de uma “integração” em desequilíbrio, que os absorve como força de trabalho, extraindo o *labor* necessário, sem que isto signifique a partilha do espaço social. Neste contexto, o espaço-favela se apresenta como um território “familiar” e apro-

priado, no qual podem agir de acordo com as práticas que lhes são usuais e onde se consideram como parte integrante do espaço e não como elementos estranhos, temporários e vigiados:

os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa, são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade [...], da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico (BOURDIEU, 2008, p.163).

Neste contexto, são bastante expressivas as imagens utilizadas para se referirem à cidade formal, sempre remetendo, de alguma forma, a um suposto tolhimento de suas liberdades individuais, e se contrapondo a uma “comunidade” que lhes traria a ideia de estar “entre iguais”, de uma apropriação plena, regida por acordos tácitos e limites que não são escritos em leis, mas exercidos pelo “bom senso”, entre os direitos individuais de cada um e o interesse coletivo. Ainda que funcione muito melhor na teoria do que na prática, este entendimento reforça a imagem de “comunidade”, onde quem faz as regras são os próprios moradores, em contraposição a um espaço formal, no qual a expressão do poder coercitivo fica muito mais evidente no cotidiano dos habitantes, do que a possibilidade de entendimento dos mecanismos garantidores da representatividade e da participação popular na formulação das regras institucionais (LOBOSCO, 2008).

A cidade formal, por seu lado, exercita as possibilidades de lidar com a incômoda convivência com tais “bolsões de pobreza”, articulando práticas para a limitação de sua expansão, pela implantação de eco-limites, de barreiras, estrangulamentos de acessos e confinamentos. A estratégia de esconder, vigiar e controlar está ligada ao medo, à desconfiança do outro, ao choque da partilha do espaço urbano entre populações com acentuada iniquidade. “Tentam invisibilizar a realidade da favela, escondendo a feiúra e o atraso, demonstrativos, entre outras coisas, daquilo que não se quer ver, a difícil situação do país e a incompetência em administrar soluções” (SOUZA, 2007, p.66). Muitas vezes a ação externa se limita a amenizar o estranhamento, em intervenções que atuam intensamente nas fronteiras com a cidade formal, mantendo o miolo quase intocado, ou ainda, rebocando externamente e urbanizando apenas as vias principais,

que se conectam com a cidade. Uma forma de inserir estes assentamentos na paisagem de um modo deslocado, cada vez mais distante de uma real partilha do espaço, confirmando a integração desequilibrada com a qual se articulam com a cidade, da qual não seriam marginais ou excluídos, mas parte de uma urbanidade centrífuga, onde as pessoas são empurradas para longe dos centros de decisão e poder, e do acesso à infraestrutura e aos serviços, ainda que, como lembra Perlmann (2002), permaneçam interligados, tanto cultural como política e economicamente, à cidade formal.

11. Permanece Favela

Os materiais recolhidos e reagrupados são o ponto de partida da construção, que vai depender diretamente do acaso dos achados, da descoberta de sobras interessantes. Os materiais são encontrados em fragmentos heterogêneos; a construção, feita com pedaços encontrados aqui e ali, é forçosamente fragmentada no aspecto formal. À medida que o abrigo vai evoluindo, os pedaços menores vão sendo substituídos por outros maiores, e o aspecto fragmentado da construção vai ficando cada vez menos evidente (JACQUES, 2003, p.23).

A característica do favelamento atual não é o barraco, este seria, como defende Espinheira (2008), apenas a fase inicial do que atualmente se encontra como uma casa em alvenaria de dois, três e até mais pavimentos. Os barracos se transformam continuamente, evoluem buscando o último estágio de um abrigo precário, a casa de alvenaria, sólida e permanente. Apesar do estado de permanente incompletude, produto da constante transformação e ampliação das residências, ou da ausência quase indefectível de revestimento externo, a realidade atual das favelas é inquestionavelmente distante da imagem tradicionalmente reproduzida, atualmente existente apenas em locais extremos, nas “franjas” e limites incertos das ocupações, onde a ameaça de remoção pesa forte e silenciosamente, desestimulando qualquer investimento mais durável e custoso na habitação.

A transformação produzida no espaço-favela, desde os instáveis abrigos erguidos com materiais diversos e reaproveitados, frágeis composi-

ções que denunciam a precariedade e a temporalidade da moradia, que deveria ser “reconstruída” de tempos em tempos, até as atuais casas em alvenaria e laje, fruto de uma dinâmica construtiva quase incessante, parece ser apresentada de outra forma por seus moradores. Ao utilizarem o termo “comunidade”, quando não autodenominados como “bairro”, explicitariam a evolução processada no espaço como um distanciamento do padrão de ocupação entendido como favela. O assentamento, através de um permanente processo evolutivo, estaria se transformando em algo, que pode ainda não ser identificado com a cidade formal, mas já não seria mais uma favela no sentido original do termo. Assim, o que parece ser percebido orgulhosamente por seus habitantes como uma evolução, que parte e se distancia da favela de origem, é entendido fora dela como uma atualização do conceito, que adquire uma nova materialização e organização interna, mas não se desvincula da imagem simbólica de favela. Gesto que insiste em manter o distanciamento original, associado aos “excluídos”, não aceitando desta forma que o “*locus* privilegiado da pobreza” se torne parte da cidade (LOBOSCO, 2008).

Ao negarem o nome “favela”, e se autoafirmarem como comunidades, ao mesmo tempo que afirmam uma “convivência entre iguais”, reforçam, por outro lado, o distanciamento e a segregação espacial. Da mesma forma, o uso difundido do termo “comunidade”, em substituição direta ao antigo, acaba por posicioná-los como sinônimos, soando como um eufemismo, que não apaga em nada a imagem de criminalidade, marginalidade e pobreza da favela.

12. Considerações Finais

A decisão de morar, ou permanecer, na favela deve ser entendida como uma escolha, fruto da comparação de recursos disponíveis e benefícios oferecidos pelo local, sobre os quais pesariam as redes sociais existentes, a infraestrutura e os serviços disponíveis, distâncias físicas e simbólicas aos locais de uso, possibilidades de trabalho, etc. Entretanto, outros aspectos importantes precisam ser levados em conta para entendermos melhor os diversos modos de “busca” da favela: de acordo com a

dinâmica social enfrentada pela família, que pode ser, numa linha descendente, um dos últimos recursos a uma moradia, mas também, numa perspectiva horizontal, a procura por um espaço extra, que absorva um crescimento natural da família, originada na mesma ou em outras favelas próximas, ou ainda, numa projeção ascendente, a possibilidade de morar em um local próprio e escapar ao aluguel, situação sempre precária, mesmo que a moradia apresente melhores condições urbanas e sociais, do que o novo abrigo.

Cada um destes movimentos irá apresentar uma relação diferenciada com o espaço da favela, e diferentes modos de utilização das táticas possíveis, que irão implicar em diferentes representações espaciais e simbólicas, a respeito de conforto, liberdade, urbanidade, precariedade, sociabilidade, violência e segurança, experimentados no local. Da mesma forma, encontraremos interesses diversos de acordo com o posicionamento sócio-econômico no interior da favela, perceberemos nos setores mais extremos uma busca de integração ao espaço da “comunidade” e uma afirmação desta como algo distinto da cidade, uma estrutura capaz de absorver a sua realidade social e econômica. Por outro lado, nos setores centrais, presenciaremos a afirmação de uma imagem que tenta aproximar a favela da cidade, da qual não se distanciam muito, tanto economicamente quanto simbolicamente. O espaço habitado ou apropriado funciona, conforme Bourdieu, como uma espécie de simbolização do espaço social, este se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos *confusa*.

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (BOURDIEU, 2008, p.160).

A coesão e a forte interação, supostas pela afirmada condição de “comunidade”, nem sempre se mostram fluidas e universais entre os moradores que partilham o espaço. A delimitação criada pela constante construção de muros e cercamentos é fracamente percebida como elemento fragmentador, que privatiza o espaço livre disponível. Para Marcuse (1997), por serem artefatos que atuam como divisores, determinando dois cam-

pos, um dentro e um fora, são definidores de fronteiras, mas, também, sinalizadores de limites físicos e sociais necessários à experiência humana. Ainda que sejam alegadas questões de segurança ou privacidade, a prática de cercamento se apresenta como a materialização de um pensamento que busca a maximização do espaço particular, delimitado e controlado, e pouca preocupação com o que seja coletivo, perdido na indefinição de um espaço que não se sabe se é de todos, de ninguém, do governo ou da “comunidade”.

Notas

¹ Ainda que parte desta população, nas extremidades terminais das pontes, seja removida para outras áreas das cidades.

² Uma ocupação em pavimentos, ainda que permitisse uma maior densidade, demandaria uma organização e um investimento iniciais impensáveis com os recursos disponíveis em uma ação informal.

Referências

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 84-91.

BOURDIEU, P. (Coord.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BURGOS, M. Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras, In: BURGOS, Marcelo B. (Org.). **A utopia da comunidade**: Rio das Pedras, uma favela carioca. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 21-90.

CLAVAL, P. A Paisagem dos Geógrafos. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (Orgs.). **Paisagens, Textos e Identidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 13-74.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **L'Invention du Quotidien**. 2. Habiter, Cuisiner. Paris: Gallimard, 1994.

ESPINHEIRA, G. **Ferida Aberta - Novos Alagados**, Salvador - Documentário de Alexandre Apsan Frediani. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=CRaZrLSwcUg>, Acesso em 15.Jun.2008.

FISKE, J. Popular Forces and the Culture of Everyday Life. In: **Southern Review**, v. 21, n. 3, p. 288-306, novembro de 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. (Org. Machado, R.) Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GORDILHO-SOUZA, A. **Limites do Habitar**. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2008.

JACQUES, P. **Estética da Ginga**. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JOSGRILBERG, F. **Cotidiano e Invenção: os espaços de Michel de Certeau**. São Paulo: Escrituras, 2005.

LOBOSCO, T. Da Favela ao Bairro: Entre Urbanidade Rarefeita e Exclusão. PPLA - **Seminário Política e Planejamento**. Curitiba, 5-8 Ago, 2008.

MARCUSE, P. Walls of Fear and Walls of Support. In: ELLIN, Nan. **Architecture of Fear**. New York: Princeton Architectural Press, 1997. p. 101-114.

PERLMANN, J. **O Mito da Marginalidade**. Favelas e política no Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SOUZA, M. Apontamentos sobre a Maré. In: R. B. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 53-68, maio de 2007.

Recebido em: 12/08/2009

Aceito em: 22/11/2009